

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O diabo mora nos detalhes

Juristas que acompanham com uma lupa o julgamento em curso na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal colocam como os pontos mais frágeis da acusação o tempo que os advogados de defesa tiveram para avaliar o extenso material sobre seus clientes e as várias versões de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, para o caso. Não foi à toa que, conforme o leitor da coluna já sabe, o procurador-geral, Paulo Gonet, evitou colocar a delação no centro da sua exposição no STF.

Razão e sensibilidade

Vem do PP o esforço dos políticos em prol do projeto que tenta reduzir a autonomia do Banco Central. E, no plenário da Câmara, tem muita gente se preparando para relacionar essa proposta à resistência da diretoria da autoridade monetária à venda do Banco Master ao BRB — cujo veto veio ontem à noite.

Façam suas apostas

Muita gente está dizendo que, se o governo investir no aumento de imposto das Bets para garantir a isenção de imposto para quem recebe até R\$ 5 mil, vai emplacar. Muitos já se arrependem, inclusive, de ter votado a favor desses cassinos virtuais.

Decidam-se

Relator do projeto que, entre outras coisas, trata sobre os consignados descontados em folha no INSS, o deputado Danilo Forte (União-CE) ouviu apelos do governo para inserir um fundo garantidor para atender aposentados e pensionistas lesados. O PT, porém, não estava convencido. A avaliação geral dos congressistas é a de que, se o PT e o governo adotarem caminhos opostos nos projetos, não terá acordo que dê jeito.

Senado na defesa

Com pressões a favor e contra a anistia pela tentativa de golpe e os atos de 08 de janeiro, o Senado quer ser o grande protagonista no sentido de colocar essa bola no chão e esperar a situação acalmar antes de levar esse tema a votos. A ideia do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, de apresentar um texto sobre o assunto, é o maior sinal de que, embora setores da Câmara tenham pressa, nada será feito de forma atabalhoada e nem seguirá no “liberou geral”. Já está acertado que, se a Câmara correr com o texto, o Senado terá uma proposta alternativa. Não descarta, inclusive, jogar o texto da Câmara no cesto mais próximo e começar

tudo de novo, a fim de ter a palavra final sobre o mérito de uma proposta nesse sentido.

» » »

Enquanto isso, na Câmara.../ ... a divergência impera. Muitos têm apostado na votação da urgência da anistia na semana que vem, após o julgamento. Mas alguns líderes de centro têm negado essa tese, já que o texto sequer foi apresentado. Os deputados do PL têm dito à coluna que o projeto está sendo construído com o centro, mas uma ala não quer desistir da anistia ampla, geral e irrestrita.



Caio Gomez

CURTIDAS

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Não o subestime! A mesa num restaurante de Brasília durante a comemoração do aniversário do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), políticos experientes apontaram um nome como o mais promissor para concorrer ao Planalto: o do governador do Paraná, Ratinho Júnior (foto), do PSD.

Veja bem! A avaliação dos tarimbados parlamentares e ex-parlamentares foi a de que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, terá dificuldades em deixar o cargo, porque Jair Bolsonaro não conseguirá levar o núcleo familiar a fechar esse apoio até abril, quando Tarcísio teria que sair do governo estadual para abraçar uma candidatura presidencial.

E o Caiado?! O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, fez questão de comparecer ao aniversário de seu colega de partido. E hoje é quem está mais próximo de garantir a candidatura. Aliás, há quem diga que só não terá o apoio da própria legenda se Tarcísio for o candidato.

Por falar em Tarcísio...! O líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), foi para São Paulo se encontrar com o governador, Tarcísio de Freitas. Os dois jantaram juntos para conversar sobre anistia e como avançar o processo na Casa.

PODER

STJ afasta governador do TO

Wanderlei Barbosa (Republicanos) é investigado por suposta participação em esquema de desvio de recursos na pandemia

» ALINE GOUVEIA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou ontem do cargo o governador de Tocantins, Wanderlei Barbosa (Republicanos), suspeito de participar em esquema de desvio de verbas durante a pandemia da covid-19. A decisão foi tomada logo cedo pelo ministro Mauro Campbell Marques e referendada pela Corte Especial do STJ. Barbosa é alvo da segunda fase da Operação Fames-19, deflagrada na quarta pela Polícia Federal, e ficará afastado por seis meses. A determinação inclui ainda a primeira-dama Karyne Sotero, que atua como secretária extraordinária de Participações Sociais.

Para a Corte Especial, que deliberou sobre o caso durante a tarde, há indícios de que o esquema criminoso foi montado na gestão anterior, quando Barbosa era vice-governador, mas os desvios foram ampliados no atual governo. “Os elementos de convicção colhidos comprovaram que Wanderlei Barbosa Castro transformou o governo do Estado em um verdadeiro balcão de negócios, recebendo montantes em espécie a título de vantagem indevida pelos contratos de fornecimento de bens e serviços conduzidos durante a sua gestão”, disse Campbell.

O ministro indicou ainda, em seu voto, que o governador teria montado uma estrutura bem organizada com empresários e assessores próximos para desviar recursos públicos, com intensa movimentação de dinheiro em espécie. Segundo apurou a PF, foram pagos mais de R\$ 97 milhões em contratos para fornecimento de cestas básicas e frangos congelados, com prejuízo estimado superior a R\$ 73 milhões aos cofres públicos. Os valores teriam sido ocultados por meio

R\$ 97 MILHÕES

teriam sido pagos em contratos para fornecimento de cestas básicas, afirma a PF

da construção de empreendimentos de luxo, compra de gado e pagamento de despesas pessoais dos envolvidos.

A Polícia Federal encontrou, durante busca e apreensão, R\$ 32,2 mil em espécie no gabinete de Barbosa, no Palácio do Araguaia. Já na residência do governador, foram encontrados US\$ 1,1 mil (cerca de R\$ 5,9 mil) e R\$ 35,5 mil, também em cédulas. Os investigadores apontam que o político teria recebido ao menos R\$ 550 mil em espécie como propina por conta de um contrato para fornecimento de proteína animal. O esquema ocorreu, de acordo com a PF, entre 2020 e 2021. Na operação deflagrada ontem, mais de 200 agentes cumpriram 51 mandados de busca e apreensão em Palmas (TO), Araguaína (TO), Distrito Federal, Imperatriz (MA), e João Pessoa (PB).

Em nota, Wanderlei Barbosa disse que recebeu a decisão do STJ “com respeito às instituições”, mas que considera seu afastamento precipitado. “Reforço que, por minha determinação, a Procuradoria-Geral do Estado e a Controladoria-Geral do Estado instauraram auditoria sobre os contratos mencionados e encaminharam integralmente as informações às autoridades competentes”, acrescentou.

Antônio Gonçalves/Governo do Tocantins



De acordo com a PF, Barbosa recebeu ao menos R\$ 550 mil em propina por contrato de proteína animal



“Accionarei os meios jurídicos necessários para reassumir o cargo, comprovar a legalidade dos meus atos e enfrentar essa injustiça, assegurando a estabilidade do estado e a continuidade dos serviços à população”

Wanderlei Barbosa, governador de Tocantins

Lula e Alcolumbre discutem aliança

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva almoçou ontem com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e seus três ministros ligados ao União Brasil: Celso Sabino (Turismo), Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) e Frederico Siqueira Filho (Comunicações). Lula convocou o encontro, no Palácio da Alvorada, para discutir o destino de seus auxiliares, um dia após a legenda anunciar sua desbandada do governo. Também participou a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann.

O Correio apurou com fontes

dos respectivos ministérios que Waldez e Siqueira Filho devem permanecer no cargo. Eles não são filiados ao União, mas foram indicados por Alcolumbre. Já Sabino deve deixar a Esplanada.

Há duas semanas, a legenda oficializou a federação com o Progressistas (PP), batizada de União Progressista. Desde então, os presidentes do União, Antonio Rueda, e do PP, senador Ciro Nogueira (PP-PI), anunciaram o desembragamento do governo. Juntas, as siglas comandam quatro pastas — André Fufuca, ministro dos Esportes, é filiado ao PP e também pode sair.

Além do anúncio sobre a saída da base governista, a oposição dos

dois partidos é notável na postura de seus parlamentares no Congresso Nacional. O União Brasil, por exemplo, evidencia esse distanciamento, já que a maioria de sua bancada tanto na Câmara quanto no Senado tem votado contra projetos do Executivo.

O atrito se intensificou na semana passada, quando Lula disse em reunião ministerial que “não gostava” de Rueda. No mesmo encontro, o petista cobrou que os ministros de partidos do centrão sejam mais enfáticos na defesa de projetos do Executivo. A fala acelerou o desembragamento, e a federação deu 30 dias para que seus filiados entreguem os ministérios.

“A fala do presidente Lula evidencia o valor da nossa independência e a importância de uma força política que não se submete ao governo. Na democracia, o convívio institucional não se mede por afinidades pessoais, mas pelo respeito às instituições e às responsabilidades de cada um”, destacou em nota assinada pela UP.

“O que deve nos guiar é a construção de soluções e não demonstrações de desafeto. Minha prioridade continuará sendo a mesma: trabalhar por um futuro melhor para o Brasil, com estabilidade política, desenvolvimento econômico e respeito às instituições”, acrescentou.